

Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo

Public policies for rural education: Pronera, Procampo and Pronacampo

Ramofly Bicalho dos Santos¹, Marizete Andrade da Silva²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica-RJ, Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central apresentar reflexões acerca de três políticas públicas específicas de educação do campo no Brasil: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), integrado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), ambos vinculados ao Ministério da Educação. Oriundas da mobilização das organizações e movimentos sociais, essas políticas públicas evidenciam que a luta pela reforma agrária transcende à luta pela terra, uma vez que compreende a ocupação de diversos outros espaços. Neste trabalho, realizamos uma sucinta abordagem do contexto que deu origem à Educação do Campo, indicando os principais aspectos dos programas estudados. Desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando entre as fontes de investigação, legislações, portarias e decretos, assim como, alguns referenciais produzidos nos últimos anos sobre educação do campo no Brasil. Concluímos que a produção coletiva do saber em parceria com educandos/as, educadores/as, comunidades e os movimentos sociais de luta pela terra pode dialogar com histórias, memórias, identidades, desejos, valores e reconhecimento, fortalecendo o debate em torno da educação do campo na sua estreita relação com os movimentos sociais, as escolas do campo e as universidades públicas. Constatamos que essa articulação é um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Movimento da Educação do Campo na consolidação dos resultados do Pronera, Procampo e Pronacampo.

Palavras-chave: Educação do campo. Pronera. Procampo. Pronacampo.

Abstract

The central objective of this article is to present reflections about three specific public policies regarding Education in rural areas in Brazil: the National Education Program in Agrarian Reform Areas (Pronera), integrated into the Ministry of Agrarian Development; the Higher Education Support Program for a Graduation Course in Rural Education (Procampo) and the National Program of Rural Education (Pronacampo), all linked to the Ministry of Education. Arising from the mobilization of social movements and organizations, these policies show that the struggle for agrarian reform transcends the struggle for land, since it includes the occupation of many other spaces. Within this work, we carried out a simple approach of the context that resulted in the Rural Education, indicating the main aspects of the studied programs. We developed a bibliographical and documentary research, using among the sources of research, legislation, regulations and decrees, as well as some references recently

1 Docente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Leciona no PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Doutor em Educação pela UNICAMP. E-mail: ramofly@gmail.com

2 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora da Rede Municipal de Ensino do município de Vila Pavão – ES. E-mail: marizethandrade@hotmail.com

produced in the field of education in Brazil. We conclude that the collective production of knowledge in association with students, educators, communities and social movements of struggle for land, can dialogue with stories, memories, identities, desires, values and recognition, strengthening the debate on rural education in its close relationship with the social movements, rural schools and public universities. We realized that this articulation is one of the main challenges to be faced by the Movement on rural education and in the results consolidation of Pronera, Procampo and Pronacampo.

Keywords: Rural Education. Pronera. Procampo. Pronacampo.

Introdução

Nossa intenção com este trabalho é divulgar os primeiros resultados da Dissertação de Mestrado em Educação do Campo, defendida no PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Neste campo de análise, privilegiamos as relações entre a educação do campo e a formação do educador, através das seguintes políticas públicas³: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera; Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - Procampo e o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo. Focalizamos as relações entre as histórias de vida de educadores e educandos, no envolvimento com as lutas organizadas pelos movimentos sociais do campo, contribuindo para a formação de novos sujeitos sociais, numa perspectiva popular e histórica. Acreditamos nessa dimensão educativa e no fazer pedagógico que educadores/as das escolas do campo realizam através da organização coletiva e no fortalecimento de projetos políticos pedagógicos emancipadores (FREIRE, 1975; 1997).

Neste texto mostramos a relevância dos princípios desenvolvidos pelos movimentos sociais no que toca à luta Por Uma Educação do Campo. Suas bandeiras, projetos, perspectivas e utopias. A formação política dos trabalhadores e a valorização da consciência social são alguns dos desafios. A produção de tal conhecimento pode ressignificar memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas do analfabetismo e da fome que atingem milhares de homens e mulheres no campo. Acreditamos que a formação política contextualizada pode contribuir para a reconstrução do passado, escavando memórias e acontecimentos.

Essas experiências podem contribuir ainda para gestação de embriões de democratização, socialização de poder, superação dos desafios, afirmação de identidades e seres humanos preocupados com o fortalecimento de ambientes coletivos. MST (1999). Existe hoje nos espaços formais e informais da produção do conhecimento, uma urgente necessidade de intervenção, propondo reflexões que tenham por meta problematizar as dificuldades apresentadas quanto às questões teórico-metodológicas da educação do campo, na perspectiva crítica, dialógica e histórica do saber (ANTUNES-ROCHA, 2010). Tais aspectos enaltecem os processos identitários ligados à visão de hegemonia no campo agrário, reconfigurada pelos

3 Refere-se a um conjunto de ações, atividades e programas desenvolvidos pelo Estado diretamente ou indiretamente, através da participação de entes públicos e privados, cujo propósito é garantir para determinado seguimento econômico, social, étnico e cultural ou de forma difusa o direito de cidadania. São direitos estabelecidos constitucionalmente que se afirmam por meio do reconhecimento dos poderes públicos e/ou por parte da sociedade enquanto novos direitos, sejam das pessoas, comunidades, coisas e dos bens materiais ou imateriais.

atores políticos (MOLINA; JESUS, 2010).

A expressão Educação do Campo identifica uma reflexão pedagógica que germina das inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo. Consiste numa reflexão que considera o campo como espaço onde se produz pedagogias. Trata-se, também, de um projeto que reafirma a finalidade mais expressiva das práticas educativas desenvolvidas no campo, contribuindo com o desenvolvimento mais pleno do ser humano e sua inserção consciente no contexto social do qual faz parte (CALDART, 2002). A realidade de intensa desumanização que, historicamente, caracteriza a vida da população camponesa, gerou este movimento em favor da Educação Básica do Campo. Uma realidade que mesmo marcada por opressões e injustiças, continua reivindicando alterações sociais, profundas e imediatas, no campo brasileiro.

O processo de exclusão social, político e econômico acompanha a história do Brasil desde o seu surgimento, como se fosse condição inerente desta sociedade, firmada sob o caráter elitista. Contudo, a luta dos movimentos sociais pelo direito à educação produziu inúmeras conquistas em favor do desenvolvimento do campo brasileiro. Segundo Caldart (2002), o movimento por uma educação do campo se vincula a outras lutas, em favor de transformações que garantam melhores condições de vida para a população camponesa. Esta conexão se justifica pela impossibilidade de educar o povo sem modificar as condições que o desumaniza.

Dentre as conquistas adquiridas por este movimento, é notório ressaltar, neste cenário, as seguintes políticas públicas: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Estas políticas representam a capacidade de articulação dos movimentos sociais e apontam a crescente necessidade de garantir projetos populares para o campo, cuja organização tenha como referência a cultura e o trabalho dos grupos sociais.

O debate acerca da educação do campo deve, portanto, entender a complexidade da dimensão do campo brasileiro, constituído por paisagens, lutas, organicidade, histórias, memórias, identidades e modos de vida. Neste contexto, as políticas públicas permitem reafirmar este espaço e legitimar as lutas que dali advém. São, portanto, necessárias para a consolidação de um projeto popular para todo o país. As conquistas oriundas do Pronera, Procampo e Pronacampo, enquanto políticas públicas, somente serão compreendidas, se interpretadas as tensões estabelecidas nas relações entre os movimentos sociais camponeses e o Estado. O embate entre estas duas categorias resultou em experiências históricas para as organizações populares direcionarem outras formas de lutas e posicionamentos, como sujeitos de direitos.

Políticas Públicas de Educação do Campo: Pronera, Procampo e Pronacampo

Nos últimos anos foram identificadas muitas práticas educativas, em todas as regiões do país, originadas no interior das organizações e movimentos sociais do campo. Com o objetivo de garantir a educação básica nas comunidades rurais e formar quadros dirigentes, muitas dessas ações, ainda que isoladas, tiveram resultados concretos. Serviram, inclusive, para os movimentos sociais organizados enfrentarem o conservadorismo de parte da sociedade brasileira. Pressionado

pelas organizações populares, coube ao estado reconhecer algumas experiências e desenvolver políticas públicas específicas para o campo, de modo que as referidas práticas educativas fossem ampliadas e reconhecidas pela sociedade. Neste cenário, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera foi fundamental para promover melhorias na vida dos sujeitos camponeses.

O Pronera surgiu em decorrência das discussões do I ENERA - Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária, em 1997, como reconhecimento da necessidade de vencer o desafio de aumentar a escolarização das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Naquele encontro identificou-se que muitas experiências genuínas para promoção da educação do campo estavam sendo desenvolvidas por várias organizações sociais e universidades. Nesse sentido, era preciso articular tais ações. A partir de então foram organizadas inúmeras mobilizações que resultaram na criação do Pronera. Segundo Molina (2003) o referido programa surgiu com muitas lutas e desentendimentos, sendo decisiva a pressão feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, tanto para sua estruturação, quanto para liberação orçamentária.

Após várias negociações, o então Ministério Extraordinário da Política Fundiária instituiu, por meio da Portaria nº 10/98, em 16 de abril de 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, sendo incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2001. Hage (2011) afirma que ao ser congregado ao INCRA, o Programa passa a depender do apoio das instâncias mais elevadas do mesmo e não mais do setor de projetos especiais da Superintendência do Desenvolvimento Agrário. Tal modificação regulamentou o Pronera, uma vez que passou a ter o apoio do Estado. Contudo, esta nova configuração enfraqueceu a participação dos movimentos sociais e das universidades. No ano de 2004, em virtude da necessidade de ajustar o Pronera com as diretrizes políticas, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentava a educação como direito social prioritário em sua proposta de governo, foi elaborado o Manual de Operações. De acordo com este documento, o Pronera tem por finalidade:

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2004, p. 17).

O principal objetivo do Pronera se constitui como mecanismo em favor da democratização da educação para os trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais e, paralelamente, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo, tendo o desenvolvimento sustentável como principal resultado desse processo. O Manual apresenta ainda, sob os princípios da inclusão, interação, participação e multiplicação, as competências dos movimentos sociais, governos e universidades públicas, priorizando os seguintes projetos:

- Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores(as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária;
- Formação continuada e escolaridade de professores(as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou em nível superior por meio das licenciaturas);

- Formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional) em diferentes áreas do conhecimento voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. (BRASIL, 2004, p. 21).

Desde seu surgimento, milhares de trabalhadores/as escolarizaram-se em diferentes níveis de ensino: alfabetização, ensino fundamental e médio, cursos técnicos, profissionalizantes e de nível superior. O Programa defendeu o acesso aos níveis mais elevados de escolarização e viabilizou convênios junto às universidades públicas, atendendo a pluralidade das áreas oferecidas pelos cursos, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Priorizou-se os cursos profissionalizantes, técnicos em administração de cooperativas e agroecologia, contribuindo com a produção agrícola. No âmbito educacional prevaleceram os cursos de Pedagogia da Terra e Magistério. Esses cursos formaram educadores das comunidades, ampliando o acesso à Educação Básica do Campo (MOLINA; JESUS, 2010).

Uma das principais características desse programa é o enfrentamento à unificação cultural e a afirmação do direito à diversidade. Neste sentido, o Pronera estabelece como concepção de política pública, a garantia de participação dos sujeitos coletivos, capazes de universalizar novos direitos alicerçados na promoção da diversidade. Esta diversidade teve reconhecimento por meio da publicação do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, no qual o Estado brasileiro integra o Pronera à política pública de Educação do Campo (art.11º). O Decreto 7.352 representa um marco na história da educação do campo, uma vez que conceitua as populações camponesas e define escola do campo. Estabelece ainda os princípios que abrangem os processos de ensino, considerando as especificidades dos sujeitos nele envolvidos:

Art. 6º Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender as especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas (BRASIL, 2010, p. 04).

Embora o Pronera, como qualquer política pública no Brasil, tenha dificuldades de ser executado, ele legitima o diálogo entre a realidade e o processo educativo, reconhecendo os saberes acumulados, símbolos das comunidades e as histórias dos sujeitos sociais. O respeito aos movimentos sociais e a valorização dos sujeitos camponeses, fez do Pronera uma importante referência para entender o debate acerca da Educação do Campo no Brasil, pautado na autonomia dos trabalhadores/as e na necessária articulação entre universidades e movimentos sociais e sindicais.

No tocante às contribuições que o Pronera trouxe à educação do campo, ressalta-se, conforme Molina e Jesus (2010), os resultados obtidos através dos projetos de escolarização. Estes atenderam diversos trabalhadores e educandos, bem como, mais de duzentos convênios, com aproximadamente sessenta universidades parceiras. No entanto, vale considerar que o espaço acadêmico ainda apresenta inúmeras resistências a tal interação. Muitas universidades apresentam dificuldades para aceitar a presença de estudantes vinculados aos movimentos

sociais. Este território foi, historicamente, institucionalizado para servir à elite econômica e intelectualizada. Por outro lado, a contribuição das universidades públicas ao programa revela que muitos educadores e educandos têm buscado novas orientações para o ensino superior no país, na perspectiva de ir ao encontro dos interesses daqueles que foram socialmente excluídos. Segundo Gadotti (2003):

A universidade precisa pensar constantemente nessa direção. É assim que ela se educa. Estudantes, professores, ultrapassando os muros para aprenderem junto à população, não por curiosidade intelectual, mas porque aprendem ensinando. Como diz Darci Ribeiro, “orientar o jovem universitário para a convivência com os deserdados de sua própria geração é também, uma forma de recuperá-lo para o país real, de ganhá-lo para uma vivência mais solidária através da imersão nas condições de existência do conjunto da população a que se propõe servir”. Esta universidade estaria fazendo educação popular (GADOTTI, 2003, p. 120).

A experiência que o Pronera acumulou nos mais diversos âmbitos de abrangência influenciou a concepção e a elaboração de novas políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento do campo através de ações educativas que contribuíram na formação dos sujeitos. O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - Procampo foi criado em 2007, através do Ministério da Educação, pela iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. Ele surge por meio de parcerias com as Instituições Públicas de Ensino Superior e objetiva viabilizar a criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, a fim de promover a formação de educadores/as, por área de conhecimento, para atuarem junto às escolas do campo na educação básica.

O Procampo reconhece e defende a necessidade de formação inicial para os educadores/as que atuam nas escolas do campo. Este programa, enquanto política pública, contribui para o debate em torno das questões educacionais que devem ser, com seriedade, amplamente discutidas pelo governo brasileiro. Como verificado na história do país, a política educacional, até então destinada ao campo, considerou tal espaço, apenas a extensão da cidade, de modo que, a instituição escolar, os currículos, as histórias, identidades e memórias de educadores/as foram constantemente desconsideradas.

O Programa foi implantado inicialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Federal de Brasília (UnB). Para elaboração do Projeto Pedagógico inicial participaram, além dos representantes das universidades, os movimentos sociais, enriquecidos com as discussões da militância política de cada estado federativo, visto que a proposta da pedagogia da alternância representava um enorme desafio. Para Antunes-Rocha (2010) a formação articulada entre TE - Tempo Escola e TC - Tempo Comunidade, nos mostra possibilidades de diálogos entre temporalidades e espacialidades. Favorece a superação de um dos mais significativos desafios na formação dos educadores do campo: as condições do processo formativo em diálogo com a cultura, lazer, religião e trabalho.

O Procampo tem a intenção de fortalecer as Licenciaturas em Educação do Campo, integrando ensino, pesquisa e extensão, além de valorizar temáticas que sejam significativas para autonomia e reconhecimento das populações camponesas. Tem como princípio a formação de educadores/as através das áreas de conhecimento, rompendo com os saberes fragmentados e disciplinares, como ocorre na maioria

das instituições de ensino superior brasileira.

Esta formação por área de conhecimento pode atender aos anseios e compromissos com a emancipação do povo camponês, criando alternativas de organização do trabalho escolar, enquanto prática social. Ela pode contribuir com as transformações que a rede escolar tanto necessita, atendendo aos desejos e anseios dos povos do campo e movimentos sociais de luta pela terra. Nesse sentido, o educador do campo é mais que um agente educativo. Ele é componente essencial na transformação da sociedade. Segundo Caldart (2002, p.36):

Por isso defendemos com tanta insistência a necessidade de política e projetos de formação das educadoras e dos educadores do campo. Também porque sabemos que boa parte deste ideário que estamos construindo é algo novo em nossa própria cultura. E que há uma nova identidade de educador que pode ser cultivada desde este movimento por uma educação do campo.

A formação específica dos educadores/as do campo pode significar garantias de práticas coerentes com os valores e princípios da educação do campo, reconhecendo as relações sociais que ali se estabelecem e tantos outros aspectos que apontam o território campestre, não como extensão da cidade, e sim de valorização das formas de vida, desejos e trajetórias. Por outro lado, não se pode analisar tal formação somente na perspectiva de valorização dos saberes da comunidade. É preciso compreendê-la, especialmente, na dimensão da autonomia e na organização de outra sociedade que enfrente qualquer forma de opressão. Neste sentido, as demandas que se fazem presentes nas escolas do campo, necessitam de educadores/as cuja formação os possibilite entender a atual realidade do campo. Um campo pressionado pelo modelo econômico excludente e que exige dos seus sujeitos, educadores e lideranças dos movimentos sociais, uma intensa capacidade de resistência. Esse é mais um dos objetivos do Procampo na defesa da educação do campo.

Por fim, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Criado pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, foi lançado pela presidente Dilma Rousseff, em março de 2012, tendo como propósito, oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo. Segundo o documento, o Pronacampo é:

Um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades. (BRASIL, 2012, p. 04).

O programa está estruturado sob quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e Eixo Infraestrutura Física e Tecnológica. O Primeiro eixo compreende a disponibilização de materiais pedagógicos e didáticos específicos para as populações quilombolas e do campo, tendo como referências o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE e o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; fomento à educação integral com ampliação curricular, apoio às escolas com turmas multisseriadas e escolas de comunidades quilombolas. Estas iniciativas previstas neste eixo atendem demandas históricas dos movimentos sociais do campo, incentivando a permanência da juventude camponesa na escola e a

valorização dos seus saberes. Escolas com condições adequadas de funcionamento, inclusive, aquelas com turmas multisseriadas. Na maioria dos casos, estas escolas estão localizadas nas comunidades rurais, distantes da sede dos municípios. Geralmente apresentam quantitativo de educandos que não atinge o contingente estabelecido pelas secretarias municipais de educação para compor uma turma por série, funcionando precariamente em locais improvisados.

O segundo eixo faz referência a formação inicial e continuada dos educadores em exercício na educação do campo e quilombola. Tal formação é desenvolvida no âmbito do Procampo, da Renafor - Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação e da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Está em debate, atualmente, a viabilidade e relevância das Licenciaturas em Educação do Campo semi-presencial ou à distância. Muitas críticas estão sendo construídas em torno deste direcionamento metodológico.

O terceiro eixo diz respeito à expansão da oferta de educação de jovens e adultos por meio da proposta pedagógica dos saberes da terra. Considera a inclusão social dos jovens e trabalhadores do campo através do fortalecimento da educação profissional e tecnológica da rede estadual e federal. Este documento insere a formação inicial e continuada dos trabalhadores, tendo em vista, os arranjos produtivos locais. Em muitos estados brasileiros a oferta de educação para jovens e adultos tem sido feita através de programas descontínuos e políticas compensatórias. Portanto, o reconhecimento à necessidade de incluir os trabalhadores/as no âmbito de práticas educacionais específicas foi uma resposta à histórica reivindicação dos movimentos sociais.

O último eixo aborda um dos maiores desafios das escolas do campo na atualidade e, uma das principais reivindicações das organizações e movimentos sociais camponeses. Dentre estas reivindicações, temos: o apoio financeiro e técnico para construção de escolas, inclusão digital, melhoria nas condições de funcionamento das escolas quilombolas e do campo e oferta de transporte escolar intra-campo (BRASIL, 2013). Garantir infraestrutura física adequada e recursos tecnológicos às escolas do campo e quilombolas pode assegurar educação de qualidade e evitar a evasão de contingentes consideráveis de educandos/as desmotivados em espaços tão precários.

Pelo fato de ser um Programa muito recente, o Pronacampo necessita ser melhor debatido no âmbito da Educação do Campo. A restrição ao protagonismo dos movimentos sindicais e sociais na elaboração das ações desta política está bem distante do cenário em que foram elaboradas as políticas anteriores. Neste contexto, identificamos ações que envolvem, por exemplo, o agronegócio na disputa por recursos públicos. A evidência desta disputa é a incorporação da formação profissional concebida pela agricultura industrial, representada pelo Pronatec Campo⁴. Apesar desta contradição no Programa, visualizamos conquistas significativas no que diz respeito à formação de educadores do campo, por meio da ampliação de políticas com tal finalidade. O eixo pertinente à formação de educadores considera a concepção apresentada pelos movimentos sociais, traduzida pelo Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - Procampo. (FONEC, 2012).

4 Criado em 2011, está integrado ao Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação e incorporado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Recebe apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e disponibiliza vagas no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) e nos cursos de formação inicial e continuada (FIC).

Considerações finais

A educação do campo não pode ser compreendida distante das políticas públicas de formação dos sujeitos e organização de outra sociedade. No entanto, na construção de um projeto popular para o campo, a elaboração de tais políticas públicas revela um dos maiores desafios para os movimentos sociais, a necessidade de diálogo com os órgãos do governo. Historicamente, o estado brasileiro dispensou qualquer representatividade dos povos camponeses na idealização e consolidação de suas políticas e programas.

Quando os principais sujeitos camponeses possuem pouquíssima representatividade na elaboração de tais políticas, geralmente, elas se tornam homogeneizadoras e seus objetivos incompatíveis com as demandas do campo. Esta é uma situação inadmissível. Na atual conjuntura, ressalta-se a importância da organização popular para cobrar do Estado a efetivação dos compromissos históricos com os povos camponeses. O Movimento por uma Educação do Campo não pode desconsiderar a estrutura de organização do Estado, até mesmo para continuar existindo numa realidade tão dinâmica e contraditória.

O sentido da organização se verifica quando a reconhecemos como componente fundamental na estruturação das políticas públicas, desde que não haja descompasso entre a instituição dos decretos e a afirmação prática dos mesmos. A organização se apresenta, então, como força transformadora, mantendo o equilíbrio entre o movimento e a concretização dos objetivos estabelecidos. Segundo Bogo (2010, p.181):

Em qualquer exercício de análise que fizermos, iremos encontrar a organização como esteio central que estabelece o ponto de referência para o comportamento de seus militantes. Não basta que eles tenham um nível elevado de informações e conhecimentos, é preciso que transformem esse conhecimento em diretrizes que se combinem com os “desejos e motivações” das massas nas ações concretas. Fora isso, todo conhecimento político é inútil.

Dialogando com a citação de Ademar Bogo, vale ressaltar ainda, que o Movimento pela Educação do Campo reivindica políticas públicas específicas e tem sua gênese no protagonismo das organizações e movimentos sociais nos quais se sustentam. Na medida em que se eleva a consciência do povo sobre seus direitos, novas políticas públicas são exigidas, justificando a organização e engajamento dos movimentos sociais nesta luta.

Quero salientar que a produção do conhecimento pautada nos dados coletados e nas observações efetuadas não são isentas de valores. A construção crítica e coerente do saber não é neutra. Assim, a história pessoal dos autores permeou todo o desenvolvimento desse trabalho. Esperamos, dessa forma, estimular a produção de leituras e reflexões que contemplem a formação dos educadores/as do campo. Nesse processo de construção histórica prevaleceu o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural dos povos camponeses e seus movimentos sociais, propondo uma educação inclusiva, questionadora e democrática, presente em inúmeras escolas do campo e diversas experiências de educação popular vinculadas aos movimentos sociais de luta pela terra, espalhados por esse Brasil afora.

Por fim, é importante novamente registrar que os Programas estudados -

Pronera, Procampo e Pronacampo - vem contribuindo, direta e indiretamente, na formação de educadores para as escolas do campo brasileira. Sugiro aos leitores a continuidade desses estudos com o objetivo de compreender a relevância de tais Programas, enquanto políticas públicas e o fortalecimento das relações com os movimentos sociais.

Referências

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Formação de educadores e educadoras da Reforma Agrária no contexto do PRONERA: uma leitura a partir das práticas. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e história do Pronera**: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p.121-137.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**: manual de operações. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/0127102302.pdf. Acesso em 26 de junho de 2015.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONERA. **Manual de Operações**. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília/ DF: MEC, Março de 2012. Disponível em <http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2015.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 86 de 1º de Fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: GABINETE DO MINISTRO. Disponível em http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx. Acesso em 26 de junho de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão1, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em 26 de junho de 2015.

CALDART, Roseli Salette. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma *Educação do Campo*, Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4, 2002. p. 25-36.

FONEC - **Fórum Nacional de Educação do Campo**: Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. Seminário Nacional – Brasília, 15 a 17 de agosto 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1975.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr/ 2011.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à educação do campo no Brasil. Reflexões a partir da tríade: Campo – Política Pública – Educação. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e história do Pronera**: contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 29-63.

MST – **Caderno de Educação nº 8** – Princípios da Educação no MST. São Paulo, 1999.